

Termo de Referência 148/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
148/2023	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	BRUNA RAPHAELA DA SILVA DE OLIVEIRA	21/11/2023 14:39 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Serviços	90031/2023	23422.005077/2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de produtos químicos (reagentes) para as atividades práticas em sala de aula do Curso de Medicina da UNILA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	374031	6-Iodo-2-methyl-1-[2-(4-morpholinyl)ethyl]-1H-indol-3-yl](4-methoxyphenyl) methanone (AM 630). CAS N°: 164178-33-0. Peso molecular: 504.36 g/mol. Formula molecular: C23H25IN2O3. Concentração: igual ou superior à 90%. Frasco com 5 MG. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 1.028,00	R\$ 3.084,00
2	374031	1-(2,4-Dichlorophenyl)-5-(4-iodophenyl)-4-methyl-N-4-morpholinyl-1H-pyrazole-3-carboxamide. (AM 281) CAS N°: 202463-68-1. Peso molecular: 557.21 g/mol. Formula molecular: C21H19Cl2IN4O2. AM281 Concentração igual ou superior à 98%. Frasco com 5G. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 2.830,50	R\$ 8.491,50
3	457019	7-Methyl-3-methylene-1,6-octadiene (β-MYRCENE) - CAS N°: 123-35-3. Peso molecular: 136.23 g/mol. Formula molecular: C10H16. Concentração igual ou superior à 90%. Frasco de 1ML. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 656,00	R\$ 1.968,00
		Bicarbonato de sódio, aspecto físico pó fino cristalino, branco, inodoro, composição NaCHO3, pureza de 99.7%, peso molecular				

4	412637	84,01 g/mol, número de referência química CAS 144-55-8. Frasco de 500 gramas. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 179,00	R\$ 537,00
5	412919	CNQX – 6-Cyano-7-nitroquinoxaline-2,3-dione. Peso molecular: 232.15 g/mol. Formula molecular: C9H4N4O4. CAS Nº: 115066-14-3. Concentração igual ou superior à 98%. Frasco de 5 MG. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 1.297,50	R\$ 3.892,50
6	457019	5-(1,1-Dimethylheptyl)-2-[5-hydroxy-2-(3-hydroxypropyl)cyclohexyl]phenol. Peso molecular: 376.57 g/mol. Formula molecular: C24H40O3. Concentração igual ou superior à 98%. CAS Nº: 83002-04-4. Frasco de 10 MG. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 3.003,00	R\$ 9.009,00
7	457019	(5S,10R)-(+)-5-Methyl-10,11-dihydro-5H-dibenzo[a,d]cyclohepten-5,10-imine hydrogen maleate (sinônimo: Dizocilpine hydrogen maleate). Peso molecular: 337.37 g/mol. Formula molecular: C16H15N ·(M107) C4H4O4. CAS Nº: 77086-22-7. Frasco com 5 MG. 01 unidade. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 943,50	R\$ 2.830,50
8	609930	Necessário conferir a diluição. -Amanda De Araujo Drago Solução salina tamponada com fosfato (Dulbecco's phosphate buffered saline (DPBS). Embalagem de 1 Litro. Líquido. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 133,16	R\$ 399,48
9	434236	Ácido 4-(2-hidroxietil)piperazina-1-etanossulfônico (HEPES). Peso molecular: 238.30 g/mol. Formula molecular: C8H18N2O4S. Concentração: ≥99.5%. CAS 7365-45-9. Frasco com 25 G. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 402,70	R\$ 1.208,10
10	601027	2'-[4-ethoxyphenyl]-5-[4-methyl-1-piperazinyl]-2,5'-bi-1H-benzimidazole trihydrochloride trihydrate (Solução Hoechst 33342), concentração de 20 mM. Emissão de fluorescência azul (comprimento de onda entre 460-490 nm) quando exposto à radiação ultravioleta (361 nm). Frasco com 5 mL. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich	FRASCO	3	R\$ 1.568,50	R\$ 4.705,50
11	436785	Kit DuoSet ELISA de 5 placas Human IL-33 DuoSet. Marca: R&D Systems (Catálogo # DY3625b-05) ou superior	Unidade	10	R\$ 4.236,66	R\$ 42.366,60

12	484639	JZL184 - ≥97% (HPLC). C ₂₇ H ₂₄ N ₂ O ₉ · xH ₂ O. Peso molecular: 520.49 (anhydrous basis). CAS N°:1101854-58-3 J3455 (5mg)	Unidade	10	R\$ 1.241,50	R\$ 12.415,00
13	457019	(±)-3,7-Dimethyl-1,6-octadien-3-ol, (±)-3,7-Dimethyl-3-hydroxy-1,6-octadiene (LINALOOL). Peso molecular: 154.25 g/mol. 97%. Formula linear: (CH ₃) ₂ C=CHCH ₂ CH ₂ C(CH ₃)(OH)CH=CH ₂ . CAS N°: 78-70-6. Frasco de 1 ML. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 1.168,50	R\$ 3.505,50
14	600246	Fluorofosfonato de metil araquidonil – Methyl Arachidonyl Fluorophosphonate (MAFP). Peso Molecular 370.49 g/mol. Formula molecular C ₂₁ H ₃₆ FO ₂ P. CAS N°:188404-10-6 10 mg/mL Frasco de 5 MG. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 2.762,50	R\$ 8.287,50
15	475574	Meio DULBECCO'S MODIFIED EAGLE'S MEDIUM/NUTRI (DMEM/F12) - Proporção de 1:1. Contendo L-glutamina e oligoelementos, sem HEPES e bicarbonato de sódio, em pó, adequado para cultura de células. Pacote de 10X1L. 2 pacotes. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	PACOTE	3	R\$ 336,00	R\$ 1.008,00
16	411653	Meio de Eagle modificado por Dulbecco, com alto teor de glicose, para cultura (DMEM). Contendo 4500 mg/L de dextrose; 4 mM glutamine; 110 mg/L de piruvato de sódio, sem bicarbonato de sódio, em pó. Pacote de 10X1L. 2 pacotes. De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	PACOTE	3	R\$ 293,06	R\$ 879,18
17	600246	Recipiente de congelamento. Mr. Frosty™ Freezing Container. Capacidade para 18 × criotubos de 1,2 e 2,0 ml. Altura x diâmetro: 86 mm x 117 mm. Marca Thermo Scientific (catalogo 5100-0001) ou superior	Unidade	3	R\$ 1.077,97	R\$ 3.233,91
18	600246	Brometo de 3-(4,5-dimetil-2-tiazolil)-2,5-difenil-2H-tetrazólio (MTT). Peso molecular: 414.32 g/mol. Formula química: C ₁₈ H ₁₆ BrN ₅ S. Concentração ≥97.5% (HPLC). CAS 298-93-1. Frasco de 1 g . De marca equivalente ou superior à Sigma-Aldrich.	FRASCO	3	R\$ 448,44	R\$ 1.345,32
19	600246	PBS Buffer pH 7,2 (Tampão PBS pH 7,2 em pó). Tampão Fosfato Salina com pH 7,2 +/- 0,2. Formulado com 136,5g de Fosfato monobásico, 5000g de NaCl e 473,5g de Fosfato dibásico. Caixa com 10 frascos de vidro, lacrados com tampa de alumínio, contendo 9,7g do tampão em pó para que sejam diluídos em 1000mL de água reagente. Estabilidade após reconstituído de 1 semana. 10x1000ml	FRASCO	5	R\$ 101,13	R\$ 505,65

20	600246	Reagente de Bradford (3% de etanol, 2,3% de hidrato de α -ciclodextrina, 0,23% de gama-ciclodextrina, 14% de ácido fosfórico). Líquido. Frasco de 500 ml	FRASCO	3	R\$ 786,00	R\$ 2.358,00
21	600246	Antibiótico Pen/Strep - Solução estabilizada, com 10.000 unidades de penicilina e 10 mg de estreptomicina/mL, filtrado e esterilizado, adequado para cultura de células - Líquido. Frasco com 100mL.	FRASCO	10	R\$ 152,10	R\$ 1.521,00
22	600246	Solução de aminoácidos não-essenciais (BME) - sem L-glutamina, em líquido, filtrado estéril, adequado para cultura de células. Frasco com 100mL.	FRASCO	3	R\$ 616,79	R\$ 1.850,37
23	Conseguir 01 ORÇAMENTO de referência	Kit de Elisa para determinação de INSULINA em camundongos. Kit com placa com 96 poços para plasma, soro ou sobrenadante	Unidade	10	R\$ 6.461,52	R\$ 64.615,20
24	600246	Kit de Elisa para determinação de GLUCAGON em camundongos. Kit com placa com 96 poços para plasma, soro ou sobrenadante	Unidade	10	R\$ 3.833,68	R\$ 38.336,80
25	600246	Kit de Elisa para determinação de TNF -ALPHA (fator de necrose tumoral alfa) em camundongos. Kit com placa com 96 poços para plasma, soro ou sobrenadante	Unidade	3	R\$ 4.007,02	R\$ 12.021,06
26	600246	Kit de Elisa para determinação de IL-6 (interleucina-6) em camundongos. Kit com placa com 96 poços para plasma, soro ou sobrenadante	Unidade	3	R\$ 4.007,02	R\$ 12.021,06
27	600246	Tris base (2-amino-2-(hidroximetil)-1,3-propanodiol). p.a., ≥99. 7%. Fórmula $\text{NH}_2\text{C}(\text{CH}_2\text{OH})_3$. Peso molecular 121.14. Frasco de 1Kg.	FRASCO	5	R\$ 1.253,32	R\$ 6.266,60

28	600246	Tween 20 (Monolaurato de polietilenoglicol sorbitan). Concentração ≥40.0% (GC) para uso em biologia molecular. Frasco de 1 litro;	FRASCO	3	R\$ 187,47	R\$ 562,41
29	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-SCD-1 , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 1.903,62	R\$ 5.710,86
30	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-MTTP , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 2.022,92	R\$ 6.068,76
31	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-FAS , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 2.008,36	R\$ 6.025,08
32	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal Anti-phospho- Acetyl CoA Carboxylase (Ser79) , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 3.233,60	R\$ 9.700,80
33	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal Anti-total-Acetyl CoA Carboxylase , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.732,48	R\$ 14.197,44
34	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal Anti-Phospho-Akt (Ser473) , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 2.906,50	R\$ 8.719,50
35	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-total Akt , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.732,48	R\$ 14.197,44
36	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-Insulin receptor , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.816,09	R\$ 14.448,27

37	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-M3 receptor , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.082,88	R\$ 12.248,64
38	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-Alpha-2a Adrenergic Receptor , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 2.022,92	R\$ 6.068,76
39	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti-CPT1 , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 3.680,23	R\$ 11.040,69
40	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti tubulin , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
41	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal BDNF , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 3.680,23	R\$ 11.040,69
42	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti CYP7A1 , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo.	Unidade	3	R\$ 3.139,62	R\$ 9.418,86
43	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti phospho-ERK , produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 7.170,92	R\$ 21.512,76
44	600246	Anticorpo liofilizado monoclonal ou policlonal anti IDE, produzido em coelho ou camundongo. Para ensaios de citometria de fluxo, imunofluorescência, western blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.845,48	R\$ 14.536,44
45	600246	Anticorpo Anti-Insulina Recombinante (100uL), produzido em coelho ou camundongo , utilizado para himuno histoquímica, fluorescência e Western Blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 2.903,40	R\$ 8.710,20

46	600246	Anticorpo Anti-glucagon (100uL), produzido em coelho ou camundongo , utilizado para imunohistoquímica, fluorescência e Western Blot. Reativo com camundongo	Unidade	3	R\$ 4.557,76	R\$ 12.497,25
47	600246	Goat Anti-Rabbit IgG H&L (Alexa Fluor® 488) 500ug . Anticorpo secundário produzido em cabra, reativo com coelho. utilizado para fluorescência. Conjugação Alexa Fluor® 488. Ex: 495nm, Em: 519nm	Unidade	3	R\$ 2.469,14	R\$ 7.407,42
48	600246	Goat Anti-mouse IgG H&L (Alexa Fluor® 488) 500ug . Anticorpo secundário produzido em cabra, reativo com coelho. utilizado para fluorescência. Conjugação Alexa Fluor® 488. Ex: 495nm, Em: 519nm	Unidade	3	R\$ 1.950,16	R\$ 5.850,48
49	600246	Goat Anti- mouse IgG H&L (HRP). Conjugação HRP. 500ug . Anticorpo secundário produzido em cabra, reativo com camundongo. Utilizado para Western blot, imunohistoquímica e fluorescência.	Unidade	3	R\$ 3.019,83	R\$ 9.059,49
50	600246	Goat Anti- rabbit IgG H&L (HRP). Conjugação HRP. 500ug . Anticorpo secundário produzido em cabra, reativo com camundongo. Utilizado para Western blot, imunohistoquímica e fluorescência.	Unidade	3	R\$ 3.187,05	R\$ 9.561,15
51	361003	Cannabinol (CBN) 100 ug/mL in Methanol 1ml CAS: 521- 35-7 Marca: DR.EHRENSTORFER Produto controlado pela ANVISA. Frasco ampola 1 ml	FRASCO	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
52	361003	Cannabinol 1.0 mg/ml in Methanol, frasco c/1ml CAS: 521-35-7 Marca: LGC Produto controlado pela ANVISA. Frasco (ampola) 1 ml	FRASCO	6	R\$ 515,00	R\$ 3.090,00
53	435408	Cannabigerol (CBG) 1000 ug/mL in Methanol 1ml CAS:25654-31-3 Marca: DR.EHRENSTORFER Produto controlado pela ANVISA. Frasco (ampola) 1 ml	FRASCO	5	R\$ 2.310,00	R\$ 11.550,00
54	361003	Ácido Canabiolico(CBDA) 1000 UG/ML em acetoneitrila,frasco c /1ml CAS: 1244-58-2 Marca: DR.EHRENSTORFER Produto controlado pela ANVISA. Frasco (ampola) 1 ml	FRASCO	8	R\$ 2.141,50	R\$ 17.132,00

55	361003	(-)-Cannabidiol 1.0 mg/ml in Methanol, frasco c/1ml CAS: 13956-29-1 Marca: LGC Produto controlado pela ANVISA. Frasco (ampola) 1 ml	FRASCO	4	R\$ 892,50	R\$ 3.570,00
56	379423	Solução de Azul de tripan (0,4%) 100mL CAS : 72-57-1. Marca de referência: Gibco, equivalente ou superior. medida: Frasco 100 ml	FRASCO	3	R\$ 236,97	R\$ 710,91
57	412557	ELISA MAXTM Deluxe Set Human BDNF Contents: Human BDNF ELISA MAX™ Capture Antibody, (200X), Human BDNF ELISA MAX™ Detection Antibody (200X), Human BDNF Standard, Avidin-HRP (1000X), Substrate Solution F, Coating Buffer A (5X), Assay Diluent A (5X), Assay Diluent C.	unidade	3	R\$ 2.874,09	R\$ 8.622,27
58	412557	ELISA MAXTM Deluxe Set Human IL-8 5 plates. Contents: Pre-coated 96 well plate, Standard Dilution Buffer Biotinylated Detection Antibody, Streptavidin-HRP HRP Diluent, Wash Buffer, Chromogen, Stop Solution Adhesive Plate Covers.	unidade	3	R\$ 2.874,09	R\$ 8.622,27
59	412557	LEGEND MAXTM Human IL-33 ELISA Kit 1 Pre-coated Plate Contents: Anti-Human IL-33 Pre-coated 96-well Strip Microplate, Human IL-33 Detection Antibody, Human IL-33 Standard, Avidin-HRP B, Assay Buffer B, Wash Buffer (20X) Substrate Solution F, Stop Solution, Plate Sealers.	Frasco	3	R\$ 3.611,13	R\$ 10.833,39
60	351091	(-)-delta9-THC (Dronabinol) 1.0 mg/ml in Methanol, frasco c/1ml CAS: 1972-08-3 Marca de referência: LGC Produto controlado pela ANVISA. Frasco ampola 1 ml	Frasco	5	R\$ 491,63	R\$ 2.674,50
61	440461	PARAFILM M FILME PARA VEDAÇÃO ROLO COM 10,2 CM X 38,1M. Marca de referência American (Catalogo PM996) ou superior	unidade	3	R\$ 401,15	R\$ 1.203,44

62	327484	Corante Verde Malaquita 25 g	Frasco	3	R\$ 51,96	R\$ 181,95
63	364290	Caldo Lactosado Verde Brilhante Bile 2% Frasco 500 G - Marca de referência: Kasvi	FRASCO	3	R\$ 749,79	R\$ 2.249,36
64	483423	Soro fetal Bovino - filtrado, estéril, inativado. Frasco de 500 ml.	FRASCO	3	R\$ 1.634,53	R\$ 4.565,10
Total						R\$ 555.350,91

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, ou seja aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei nº 14.133/2021).

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) aceite da nota fiscal, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.4.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4.3 .A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.4.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Art. 3º, I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, uma vez que os bens podem ser demandados conforme a utilização dos mesmos em aulas práticas, não sendo viável a aquisição de todo o quantitativo em uma única vez.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais deverão ser preferencialmente fornecidos atendendo aos requisitos: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s). De acordo com as justificativas abaixo:

4.2.1 Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 18, foi indicada a marca Sigma-Aldrich. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a

utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.2 Para os itens 52, 55, 60, foi indicada a marca LGC. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.3. Para os itens 11, foi indicada a marca de referência R&D Systems. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.4. Para os itens 51, 53, 54 foi indicada a marca de referência: DR.EHRENSTORFER. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.5. Para o item 23, foi indicada a marca de referência Gibco. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.6. Para o item 61, foi indicada a marca de referência American. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.7. Para o item 63, foi indicada a marca de referência Kasvi. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma aquisição de bens comuns, conforme item 1.3 deste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias para os itens: 11, 23, 24, 25, 26, 51, 52, 53, 54 e 55; 60 (sessenta) dias para os itens: 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50; e 30 (trinta) dias para os demais itens, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Macucos 131, Portal da Foz, Foz do Iguaçu-PR, CEP 85859-450, mediante agendamento prévio com a Seção de Almoxarifado, pelo e-mail almoxarifado@unila.edu.br ou telefone (45) 3522-9992.

5.3.1 Para os itens que for necessário refrigeração, o fornecedor deverá indicar expressamente na caixa/embalagem a informação sobre a forma de armazenamento, sob risco de não recebimento do material e/ou posterior recusa do produto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Extinção do contrato

6.16. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.17. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

6.17.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.18. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.18.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.18.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.18.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.19. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.19.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.19.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.19.3. Indenizações e multas.

6.20. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.21. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, no prazo de 5 (cinco) dias juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 Em caso de ausência de solução da inconformidade e/ou reincidência na inconformidade, o fornecedor será novamente acionado e terá o prazo indicado no item acima para retirada dos materiais no Almoxarifado.

7.2.2 Caso o fornecedor não faça a retirada no prazo indicado no item acima, a UNILA destinará os materiais da forma como for conveniente, sem ônus.

7.2.3 O fato do material inconforme permanecer na UNILA, não exime a Administração das aplicações das sanções pertinentes.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.2 Não são admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/10/2023.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO:

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 555.350,91

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 555.350,91 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais, com noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou 9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 5% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de de 20% a 30% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de de 5% a 10% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de de 10% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Obrigações

12. OBRIGAÇÕES

Obrigações da Contratante

- 12.1. São obrigações da Contratante:
- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este termo de referência.
- 12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência.
- 12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 12.1.5. Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência.
- 12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei.
- 12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

- 12.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a

seguir dispostas:

12.2.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

12.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

12.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.2.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta.

12.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

13. Lei de Acesso à Informação

13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

13.1. Não constam informações de natureza sigilosa (ultrassecreta, secreta ou reservada).

14. Casos omissos

14. CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Alterações

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Foro

16. Foro

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILCELIA APARECIDA CORDEIRO

Chefe da Secretaria

BRUNA RAPHAELA DA SILVA DE OLIVEIRA

Assistente em Administração

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Consumo Medicina - Bruna.pdf (152.12 KB)



Emitido em 21/11/2023

TERMO DE REFERÊNCIA N° 59/2023 - SACT (10.01.05.25)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/11/2023 08:29)
BRUNA RAPHAELA DA SILVA DE OLIVEIRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SACT (10.01.05.25)
Matrícula: ###372#4

(Assinado digitalmente em 21/11/2023 15:22)
GILCELIA APARECIDA CORDEIRO
SECRETARIO
SACT (10.01.05.25)
Matrícula: ###518#9

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **59**, ano: **2023**, tipo:
TERMO DE REFERÊNCIA, data de emissão: **21/11/2023** e o código de verificação: **73b283d1f5**